

A Trajetória do Programa Telecurso e o monopólio das Organizações Globo no Âmbito do tele-ensino no Brasil¹

The Telecurso trajectory program and the monopoly of Globo Organizations under the tele-education in Brazil

Renata Maldonado da Silva²

Universidade Estadual do Norte Fluminense
Darcy Ribeiro (UENF)
r.maldonado@globo.com

As Organizações Globo atualmente são o maior conglomerado midiático na América Latina e uma das maiores empresas na área de comunicação e entretenimento do mundo. Desde o início do século passado, vêm se destacando como o mais importante grupo de comunicação do Brasil. Sua trajetória iniciou-se na década de 1910, com a criação do jornal diário vespertino, *A Noite*. Na década seguinte, em função do sucesso deste periódico, foi fundado um segundo jornal, *O Globo*, que até os dias atuais é o de maior número de leitores no país. A partir dos anos 40, o grupo empresarial passou a investir em outras mídias, se destacando com a criação do Sistema Globo de Rádio. No entanto, é a partir da década de 1960 que a *holding* vai se destacar no seu empreendimento de maior sucesso e que possibilitou a conquista da sua liderança no segmento de mídia no país: a criação da Rede Globo de Televisão, no ano de 1964, juntamente com a ascensão do período ditatorial brasileiro. No entanto, foi a partir

¹ Este texto é parte integrante da tese de doutorado defendida em 2010 no Programa de Pós-Graduação em Educação, na Universidade, intitulada *Educação, Televisão, Classe e Ideologia: a produção social da educação no discurso da telenovela "global"*, orientada pelo Prof.Dr. Ronaldo Rosas Reis.

² Doutora em Educação pela Universidade Federal Fluminense. Atualmente, é professora e pesquisadora do Laboratório de Estudos da Educação em Linguagem da UENF. É, ainda, colaboradora do Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais na mesma instituição.

da década de 1970 que a TV Globo conquistou a hegemonia do monopólio televisivo brasileiro, que se mantém até os dias atuais. Além disso, é detentora da maior rede de televisão do país, com 122 emissoras, das quais 117 afiliadas, que cobrem 98,44% do território brasileiro, atingindo em torno de 183 milhões de telespectadores³. O sistema televisivo, apesar de ser o empreendimento de maior sucesso do grupo, é apenas um dos componentes do sistema Globo, que estão estruturados em três segmentos principais: televisão e entretenimento; mídia impressa e rádio e telecomunicações e distribuição⁴.

Por outro lado, a conquista da hegemonia televisiva brasileira desde a década de 1970 possibilitou que o conglomerado midiático avançasse para outros campos não relacionados diretamente às atividades-fins da empresa, tais como sua inserção no âmbito educacional. Nesse mesmo período, a Rede Globo de Televisão, uma das principais empresas do grupo, passou a incluir em sua programação, emissões infantis e telenovelas no qual a temática educacional era contemplada. No entanto, foi a partir de fins da década de 1970 que as Organizações Globo criaram a Fundação Roberto Marinho (FRM), uma instituição privada sem fins lucrativos, com o objetivo exclusivo de elaborar projetos educacionais. O interesse pelo tema surgiu a partir das experiências bem-sucedidas de fundações norte-americanas nas áreas de televisão e educação e na possibilidade de explorar o mercado de produtos e serviços no âmbito educacional, ainda incipiente, neste período. Aproveitando-se da sua estreiteza de laços com o *status quo*, o grupo empresarial Globo inseriu-se na área de educação a distância (EAD) e “conseguiu abater impostos com a atividade educativa, captando recursos do governo federal e do mercado que poderia criar (...) (Castro, 2005, p.257)

No ano de 1978, portanto, a FRM iniciou o empreendimento de maior sucesso no âmbito da educação a distância do país: o Telecurso 2º Grau. Este era destinado a estudantes que não puderam concluir o ensino médio nas instituições de ensino regulares. A experiência bem-sucedida do Telecurso 2º Grau deu origem a outros programas educativos no mesmo modelo, como o Telecurso 1º Grau e consolidou a liderança da Rede Globo no âmbito do tele-ensino.

³ Fonte : http://redeglobo.globo.com/Portal/institucional/folderelectronico/g_globo_brasil.html, acessado em 11/02/2014.

⁴ Fonte : <http://maisadministracaoemfoco.blogspot.com/2009/04/organizacao-organizacoes-globo.html>, acessado em 11/02/2014.

Além disso, ampliou o seu poder simbólico perante a sociedade brasileira, pois através deste projeto educacional, realizado mediante subsídios governamentais, tornou-se porta-voz das propostas político-pedagógicas do governo militar.

A adaptação das Organizações Globo ao processo de abertura política ocorrido no país, iniciado em 1985, possibilitou que o grupo empresarial desse prosseguimento ao monopólio do tele-ensino no país. No entanto, é a partir da década de 1990, mediante o gradual processo de neoliberalização do Estado brasileiro, que a FRM sofreu uma considerável expansão. Isto ocorreu fundamentalmente, com o crescimento do chamado 'terceiro setor', no qual foram estabelecidas novas relações entre o Estado e a sociedade civil. Nesse contexto, as chamadas 'instituições civis de interesse público'⁵, tais como as fundações, passaram a receber recursos das áreas governamental e privada para solucionar problemas que deveriam ser gerenciados pelo Estado, como a questão educacional. Portanto, além do projeto já mencionado de ensino a distância, que foi reformulado e ampliado, a Fundação Roberto Marinho expandiu seu leque de programas na área educacional e suas atividades, inclusive para outros campos do conhecimento, tais como patrimônio e meio ambiente. Além das Organizações Globo terem consolidado seu monopólio no âmbito da comunicação e do entretenimento do país, a *holding* ampliou seu mecanismo de captação de recursos do governo federal e passou a receber subsídios de outros setores da esfera produtiva. Em função disso, a FRM vem, mediante um sistema de parcerias com frações da burguesia industrial como a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), empresariado do setor de comunicações, como a Rede Globo de Televisão, instituições financeiras, como o Banco Bradesco, agências internacionais, tais como Fundação Ford e, sobretudo, pelos fortes laços construídos com o governo federal, através do Ministério da Educação, ampliando seus projetos no âmbito educacional nas últimas décadas. Isto vem possibilitando, ainda, que a FRM seja na atualidade a principal porta-voz das propostas políticas pedagógicas preconizadas pelo pelos diferentes segmentos do empresariado brasileiro, em articulação com Estado, desde a década de 1990. Portanto, busca-se, neste artigo, analisar a trajetória do maior empreendimento

⁵ Sobre o terceiro setor trata-se de um conceito ambíguo e ainda pouco estudado pela academia. Em linhas gerais sua denominação se deve a distinção do Estado (primeiro setor) e do setor privado (segundo). Com a criação das OSCIP (Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público) manteve-se regido pela lei n 9.790, de 23 de março de 1999, tendo, porém, reformulado o conceito de esfera pública a partir do reordenamento das novas relações entre o Estado e a sociedade civil.

educacional produzido pelas Organizações Globo desde a década de 1970, o Programa Telecurso, suas articulações com o Estado e com distintos setores do empresariado nacional.

A trajetória do programa Telecurso

Em 1978, a FRM foi pioneira no país na elaboração de um sistema de educação a distância, através do uso de tecnologias da informação, denominado “Telecurso 2º grau”. Trata-se de uma modalidade de ensino conhecida como teleducação ⁶, que tinha por objetivo atender aos alunos que não puderam concluir o antigo 2º grau na idade regular. Os programas educativos eram transmitidos diariamente pela TV Educativa e pela Rede Globo de Televisão. A produção dos programas era de responsabilidade desta última. Havia, ainda, a venda de apostilas semanais nas quais se publicava o conteúdo das disciplinas do programa.

Além do dinheiro arrecadado através do material didático e da veiculação dos programas televisivos do projeto Telecurso 2º grau, a FRM foi responsável pela inserção das Organizações Globo no campo educacional. Moreira (2006) afirma que isto possibilitou que a empresa conseguisse diminuir seu custo tributário, por meio de isenções fiscais, além de captar recursos do governo federal, que ocorreu alguns anos depois com a implantação da modalidade 1º grau. O sucesso empresarial possibilitou que a mesma fundação criasse posteriormente o “Telecurso 2º Grau”, na modalidade profissionalizante (Mecânica) e, em 1981, o “Telecurso 1º Grau”.

O “Telecurso 2º grau” foi produzido pela FRM, em parceria com a Fundação Padre Anchieta (FPA), responsável pela manutenção da TV Cultura de São Paulo. Segundo Micheloto (2006), o gerenciamento do projeto envolveu empresas pertencentes ao Grupo Marinho, como a Rio Gráfica, Educação e Cultura, responsável pela parte editorial dos fascículos. A venda

⁶ Segundo Foresti (2001), a teleducação é uma modalidade educativa que ocorre a distância. Nesta, o ensino é o elemento principal, em oposição ao processo educativo. Além disso, são necessários três elementos básicos para montagem deste sistema: indivíduos que desejam aperfeiçoar suas habilidades, meios de comunicação e uma organização docente que interaja com os estudantes. Trata-se de uma prática que se iniciou nos Estados Unidos e na Europa, no início do século XX, com os famosos cursos de correspondência. Posteriormente, a educação a distância percorreu diferentes suportes: além dos correios, o rádio, a televisão e, mais recentemente, a Internet.

dos fascículos ocorria em bancas de jornal e revistas responsáveis pela sua distribuição, no total de 13.400 pontos de venda. O curso supletivo tinha duração de um ano e meio, separado em três módulos de seis meses, cada qual com três disciplinas.

Os programas do “Telecurso 2º grau” eram transmitidos, em São Paulo, de segunda a sexta-feira às 7 horas da manhã. Aos sábados ocorriam reprises às 9 horas da manhã. No Rio de Janeiro, às 7h e 07h15min, respectivamente (D’Almeida, 1988). Posteriormente, estes horários foram alterados para 06h45min e 7 horas da manhã, sucessivamente. Nas emissoras educativas, em que havia maior flexibilidade na programação, o programa era veiculado em diferentes horários durante o dia ⁷.

A escolha do horário do programa acima citado, segundo o mesmo autor, se explica em função da programação comercial ser prioritária nas TVs comerciais, como é o caso da Rede Globo. No entanto, acrescenta-se o fato de a audiência do programa ser voltada principalmente para os trabalhadores que necessitavam da certificação assegurada pelo projeto. Estes, portanto, só poderiam assisti-lo se a veiculação ocorresse antes do seu horário de trabalho, de modo que não atrapalhasse os interesses dos empregadores.

Contudo, no caso dos trabalhadores que saíam muito cedo de casa, por necessidade de grandes deslocamentos, como é o caso da Grande São Paulo, os horários do “Telecurso” se revelaram incompatíveis com os interesses do seu público-alvo. Este horário, inclusive, sofreu pequenas alterações e vem se mantendo, salvo nas transmissões regionais, praticamente o mesmo até os dias atuais. Conclui-se, portanto, que a veiculação do programa tem uma reduzida prioridade na grade televisiva da Rede Globo.

A produção de um sistema de educação a distância teve um papel de destaque no processo de consolidação da hegemonia da Rede Globo de Televisão frente às demais emissoras. De acordo com Castro:

“Ao assumir a tarefa de implantar o Telecurso 2º grau, a Rede Globo ampliou ainda mais seu poder perante o governo e a sociedade. Sua ação, que antes era voltada ao campo do entretenimento e possibilitava à população uma educação não-formal, passou ao campo formal da educação e da cultura.

⁷ O “Telecurso 2º grau” foi transmitido inicialmente por 39 emissoras, incluindo a TV Globo, afiliadas e nove TVs educativas. No rádio, foram utilizadas 17 estações AM e FM. Cf. Moreira, 2006.

Competindo com as emissoras de TV públicas no papel de produzir programas de cunho educativo e muitas vezes substituindo-as, a Globo passou a representar institucionalmente as propostas educativas do Ministério da Educação e da Cultura (MEC). Em outras palavras, no plano simbólico, a Globo passou a significar, para a maior parte da educação brasileira, o espaço da educação e da cultura nacionais (2005, p.256)".

Portanto, através do projeto "Telecurso 2º grau", a Rede Globo passou a ser considerada oficialmente a gestora da proposta de ensino a distância do governo militar. Isto se concretizou, naturalmente, em função dos acordos que a empresa já havia estabelecido desde a sua criação, em 1964, com este último. Segundo a mesma autora acima citada, durante o primeiro sistema de avaliação do projeto, em 1978, 117.000 estudantes de 2º grau, de 14 estados brasileiros, se inscreveram para realizar os exames. (p.258). No início de 1980, em cada módulo do programa, foram mobilizados somente nos estados do Rio de Janeiro e São Paulo, 675.000 alunos⁸. No entanto, é importante mencionar que um dos fatores responsáveis pelo sucesso do projeto foi a possibilidade de os estudantes de regiões mais afastadas do país terem acesso exclusivamente a esta metodologia de ensino. Trata-se de estudantes, portanto, excluídos do sistema regular.

De acordo com Micheloto (2006), a primeira versão do mesmo projeto foi dividida em três fases: na primeira, foram oferecidas aulas de Língua Portuguesa, Literatura Brasileira, História e Geografia. Na segunda, foram incluídas as seguintes disciplinas: Matemática, Inglês e OSPB/Educação Moral e Cívica. Somente na terceira etapa foram ministradas as aulas de Física, Química e Biologia. Além dos programas televisivos, foram publicados 71 fascículos, que depois foram transformados em livros.

No campo educacional, o projeto "Telecurso" foi amparado pela legislação regulamentadora do ensino supletivo brasileiro, através da implantação da lei n. 5692/71. Através dos artigos 24 a 28, o governo militar estabeleceu esta modalidade de educação nos níveis de 1º e 2º graus. Estes foram ministrados por estabelecimentos oficiais ou reconhecidos pelos Conselhos de Educação, que, inclusive, estabeleciam as suas normas de funcionamento. Sua estrutura, tempo de duração e regime de escolaridade era distinta ao da rede oficial, em função da sua natureza específica. Além disso, havia uma idade mínima para

⁸ D'Almeida, 1988.

que os alunos pudessem realizar os exames supletivos: 18 anos, ao nível de conclusão de 1º grau e 21 anos, para a finalização do segundo grau.

O projeto de ensino supletivo proposto pela ditadura militar dava especial ênfase ao uso das tecnologias da comunicação e da informação, como os correios, o rádio e a televisão. Este fazia parte da estratégia de possibilitar o acesso ao ensino ao maior número possível de estudantes. Na prática, o Estado brasileiro já vinha implantando desde 1970 a utilização das mídias como metodologia de educação de massa. Trata-se do “Projeto Minerva”, que foi concebido pelo Ministério da Educação, em conjunto com a FPA e a Fundação Padre Landell de Moura (FPLM).

Segundo Menezes (2002), o “Projeto Minerva” teve por objetivo preparar os alunos para os cursos de capacitação ginasial e madureza ginasial. Foi transmitido, em rede nacional, por várias emissoras de rádio. Entre 1970 e 1971, 174.246 alunos participaram do projeto, dos quais 61.866 concluíram o curso⁹. Em função dos altos índices de reprovação (77%) deste, foi desativado no início da década de 1980.

Inicialmente, o projeto Telecurso também foi veiculado através do sistema radiofônico. Segundo Castro (2005) isto ocorreu em função do número de aparelhos televisivos ainda ser incipiente em 1978. Portanto, as Organizações Globo optaram pelo desenvolvimento similar ao do “Telecurso”, porém através do rádio. Além dos custos de implantação do projeto serem mais reduzidos, o número de aparelhos receptores desta mídia era quatro vezes maior do que os televisores nesta mesma época. Destinava-se aos locais em que a transmissão televisiva era baixa ou inexistente e os alunos puderam adquirir o material didático através de um sistema de mala direta.

É importante esclarecer que a modalidade de ensino supletivo é anterior à lei 5692/71. No entanto, sua combinação com o uso das tecnologias da comunicação e da informação disponíveis na época foi uma característica da política educacional da ditadura militar. Esta tinha como um de seus objetivos a implantação de um projeto de atendimento às demandas sociais existentes no campo da educação, dos quais se destaca a sua preocupação em expandir o sistema de ensino.

⁹ Ver http://ead.joinville.udesc.br/adaptweb/disciplinas/5/342/O_Processo_de_Ensino-Aprendizagem.pdf, acessado em 10/02/2014.

A política expansionista do governo militar, no qual o “Telecurso” aqui se insere, deve ser compreendida em um momento de reformulação do modelo econômico que havia sido implantado no país até então. Era imperativa a reorganização dos sistemas de ensino de 1º e 2º graus, para que pudesse inserir a mão-de-obra abundante no sistema produtivo. (Romanelli, 1984)

Nesse sentido, a concepção de educação proposta pelas Organizações Globo tinha sintonia com o projeto político-pedagógico do governo militar, de aumentar a qualificação das classes mais pobres com o objetivo de aumentar a sua produtividade. O projeto “Telecurso 2º grau” possibilitou, ainda, o aumento da escolarização formal para grande parte da classe trabalhadora, despossuída de condições materiais de existência, que os impediam de frequentar o sistema escolar regular.

Micheloto (2006) afirma que a execução do projeto era bastante interessante do ponto de vista lucrativo, para todos os atores envolvidos, na medida em que seus custos de execução foram socializados. Do ponto de vista da FRM, além do recebimento de verbas do Governo Federal e da isenção fiscal devido ao exercício de atividades “educativas”, os alunos arcavam com os gastos referentes ao material didático. Além disso, o uso dos recursos televisivos revestia esta modalidade de ensino como conectada aos “novos tempos”.(p.5)

Em relação ao financiamento do “Telecurso 2º grau”, autores como Klees (1980) apontam três vetores principais que subsidiaram o programa: 70% corresponderiam à Rede Globo de Televisão, 25% referentes à venda dos fascículos, e, 5% proveniente da FPA. O autor, no entanto, não esclarece quais as fontes utilizadas pela emissora para suportar financeiramente o projeto, como os anunciantes, por exemplo. Além disso, os dados pesquisados são os únicos encontrados sobre o assunto e, ainda, provenientes de publicações da própria FRM, o que dificulta a sua comprovação. É importante pontuar que a FRM não recebeu verbas do Estado nesta primeira versão, devido ao governo não considerar o ensino de 2º grau prioritário, como se analisará posteriormente. No entanto, pode-se dizer que a intenção da fundação era obter apoio financeiro do governo federal, o que se materializará dois anos mais tarde.

No que se refere à recepção do mesmo programa, a FRM propôs a criação dos chamados Centros de Recepção Organizada (CROs), por considerar que o aproveitamento dos alunos seria melhor caso trabalhassem individualmente, na

chamada recepção livre (via TV aberta). Trata-se de um grupo de pessoas que se reuniam em locais determinados para acompanhar as aulas, que poderiam ser transmitidas pelo rádio, televisão ou através de projeção cinematográfica, sob orientação de um instrutor, treinado pelas fundações envolvidas no projeto (FRM e FPA). Estas foram financiadas pelos fundos de participação dos municípios quando ocorriam em instituições públicas ou, no caso da área privada, as empresas interessadas arcariam com os custos. (D’Almeida, 1988)

Do ponto de vista ideológico, o projeto “Telecurso 2º grau” sedimentou as relações que as Organizações Globo já vinham estabelecendo com o governo militar, desde o golpe, em 1964. O mesmo autor acima citado menciona o papel conservador que as disciplinas da área de humanas, principalmente a antiga OSPB, desempenhou neste contexto. Segundo ele, as aulas ministradas tinham o claro objetivo de refrear a participação da classe trabalhadora no processo político que vinha então se desenvolvendo. Além das exigências por maior liberdade de expressão por amplas parcelas da sociedade civil, o ano de 1978 foi marcado pela ascensão do movimento operário brasileiro, com as greves do ABC paulista.

O sucesso empresarial do projeto “Telecurso 2º grau” deu origem, três anos depois à criação deste na modalidade 1º grau, destinada às quatro últimas séries do ensino fundamental. Tinha como objetivo superar o *déficit* educacional proporcionado pelo alto índice de evasão escolar ou pelo incipiente número de estabelecimentos de ensino para jovens entre 15 e 19 anos, de baixa renda ou subempregados, segundo a própria FRM (D’Almeida, 1988).

O Telecurso 1º grau possibilitou, ainda que as Organizações Globo aperfeiçoassem seus sistemas de “parcerias” com o Estado, e com outros setores produtivos da economia, como a Fundação Bradesco, posteriormente. Esta primeira versão teve apoio do MEC e da Fundação Universidade de Brasília (UNB), que foi responsável pela avaliação permanente dos resultados e do material produzido. Não foi possível saber se houve apoio financeiro por parte desta última.

Segundo D’Almeida (1988), o “Telecurso 1º grau” foi elaborado em função do desinteresse do Ministério da Educação na primeira proposta do programa, pois considerava que o ensino de 2º grau não era prioritário no momento. Sendo assim, a FRM encaminhou, no ano de 1979, dois anos antes do programa ir ao ar, o pedido de “apoio técnico e financeiro” ao governo federal para

a modalidade 1 grau. Em julho do mesmo ano, o projeto foi aprovado e em junho de 1980, o repasse de verbas para a fundação foi concretizado, no valor de 4,8 milhões de dólares na época. Dois anos depois, o MEC encaminhou mais 2,3 milhões de dólares à mesma instituição¹⁰. No total, foram repassados 7,1 milhões de dólares (1980-1982), “o que representou todo o orçamento do MEC/SES para políticas públicas na área de ensino supletivo naqueles anos”. (Moreira, 2006, p. 155)

Nas duas primeiras versões do projeto “Telecurso 1 e 2º graus”, embora a FRM não tenha disponibilizado o acesso aos lucros adquiridos através destes produtos, ressalta-se os ganhos adquiridos pelas Organizações Globo, em seu conjunto, somados à construção de uma imagem positiva sobre a empresa. Sua vinculação como empreendedora de projetos sociais, que visam, em última instância, contribuir para a melhoria da situação educacional do país, funciona como uma importante estratégia de *marketing* empresarial, garantindo benefícios materiais e simbólicos.

O “Telecurso 1º grau” foi transmitido pela primeira vez em março de 1981, através de 59 emissoras de televisão e 900 emissoras de rádio (substituindo o fracassado “Projeto Minerva”). A clientela prioritária do mesmo projeto, segundo a FRM, era composta por pessoas que não tiveram acesso ao ensino fundamental ou que não puderam completá-lo. Moreira afirma, que, além destes, a fundação também buscava atingir aos alunos que estivessem inscritos em escolas de 1º grau, usando o Telecurso como metodologia auxiliar; telespectadores que desejavam aumentar seus conhecimentos, assistindo à programação regularmente e aos docentes que lecionavam nas modalidades de ensino regular e supletivo, que poderiam utilizar o material do programa em suas aulas (2006, p.95)

No que se refere à veiculação do mesmo programa, além dos centros de recepção organizada (CROs), já abordados anteriormente, havia, ainda, duas outras possibilidades de acompanhamento: a primeira, denominada recepção livre, como já foi mencionada, contemplava não só os estudantes, mas todos os interessados em assistir a programação, para fins de entretenimento. A segunda refere-se à modalidade de recepção controlada, disseminada através dos Centros de Ensino Supletivo (CES). Estes foram desenvolvidos pela FRM, e consistiam em uma unidade semipresencial, na qual os alunos iriam esclarecer

¹⁰ D’Almeida, 1988, pp. 66-71.

dúvidas ou realizar seus exercícios sob o encaminhamento de um monitor ou dos chamados “orientadores pedagógicos”.

A organização dos CES ficava ao cargo da própria fundação ou pelas instituições autorizadas a participar do programa. Além disso, nos CES ocorriam as seguintes atividades: inscrição de tele-alunos, avaliações periódicas e orientação pedagógica¹¹. Em suma, a mesma estrutura do projeto anterior foi mantida. A grande inovação, no entanto, foi o aprimoramento da parte operacional do curso, possibilitando que os estudantes tivessem maior acompanhamento e um orientador de aprendizagem (Moreira, 2006, p.109).

A primeira transmissão completa do projeto durou um ano e meio e atingiu apenas 300 mil estudantes. Foi composto por 408 programas no total, referentes às seis matérias do ensino de 1º grau (Língua Portuguesa, História, Ciências, Geografia, Matemática e OSPB), além das chamadas disciplinas complementares (Informação Ocupacional, Saúde, Artes e Deporto), mensagens de apoio e de serviços. Cada aula teve duração de quinze minutos na televisão e, aproximadamente o dobro, no rádio.

O conteúdo didático do material do mesmo programa foi elaborado por professores contratados pela FRM e as aulas foram preparadas por estes em conjunto com a equipe do núcleo de produção. Em 1985, sob a influência das propostas pedagógicas do “Telecurso 1º grau”, a instituição reformulou seu projeto de ensino a distância na modalidade 2º grau. Este foi denominado “Novo Telecurso 2º grau” e foi organizado em associação com a Fundação Bradesco. Nesta nova versão, foram mantidas as três fases do projeto anterior, porém limitando cada etapa a três disciplinas. No total, o “Novo Telecurso” era constituído por 450 aulas, além, de 14 exposições de introdução aos cursos e às disciplinas. Sua duração completa foi de 75 semanas.

A transmissão do “Novo Telecurso 2º grau” ocorreu através da Rede Globo de Televisão e das emissoras educativas ao longo do país. Também foram realizadas emissões radiofônicas, de igual conteúdo das lições feitas para a televisão, produzidas pelo Centro Brasileiro de Rádio Educativo Roquete Pinto. A Fundação Bradesco, principal “parceira” no projeto, veiculava as tele-aulas em circuito fechado de TV, em suas 26 escolas existentes em 11 estados brasileiros (Figuerut & Sukman, 2008).

¹¹ Ver: Moreira, *op. cit.*, 2006.

O Telecurso 2000

Pode-se dizer ainda que, através do desenvolvimento dos programas de ensino a distância, a FRM foi pioneira no estabelecimento do modelo que, a partir da década de 1990 iria se impor com o crescimento do chamado “terceiro setor”. Neste, as ações do Estado são gradativamente transferidas para a iniciativa privada, que visam produzir bens e serviços de interesses públicos. No entanto, a existência destes mecanismos está condicionada aos mecanismos de captação de recursos, dos quais o Estado é um dos maiores financiadores.

A trajetória da FRM no campo educacional acompanhou as transformações políticas e econômicas ocorridas no país nos últimos anos. Com a queda da ditadura militar e a implantação do modelo neoliberal no país, marcado pela ascensão do governo de Fernando Collor de Mello, fez-se necessário que a instituição adequasse o projeto Telecurso ao novo modelo econômico que se estabeleceu no país, caracterizado pela hegemonia das leis do mercado, isto é, “uma ditadura de aliança e subordinação com os centros hegemônicos do grande capital” (Frigotto, 2003a, p.54).

A década de 1990 assinala, portanto, a submissão das políticas educacionais ao projeto neoliberal. Neste, a educação é prioritariamente redirecionada para a esfera privada, e o Estado brasileiro passa a ser um dos principais financiadores deste processo. Nesse contexto, a FRM reformulou seu projeto de educação a distância, cujo nome foi alterado para “Telecurso 2000”. Este foi criado e levado ao ar em 1994, durante a gestão do presidente Fernando Henrique Cardoso.

A implantação do mesmo projeto se estabeleceu através de parcerias com instituições representantes da burguesia industrial brasileira- Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), Serviço Social da Indústria (SESI), Serviço Nacional da Aprendizagem Industrial (SENAI) e Instituto Roberto Simonsen (IRS). Além disso, a FRM firmou convênios com aproximadamente 112 entidades, das mais diversas tendências, para utilizar esta metodologia de ensino. Segundo Moreira (2006), este quadro se articulava ao Sistema S, a nível nacional.

O projeto Telecurso 2000 manteve as mesmas diretrizes já estabelecidas nos programas anteriormente existentes no que se refere aos objetivos: diminuição da evasão escolar e aumento dos índices de escolaridade no país. Destinava-se às pessoas que não puderam concluir os ensinos fundamental e/ou

médio. Moreira afirma que, diferentes das modalidades anteriores, o “Telecurso 2000” buscou atender às exigências do mercado no que se refere à educação básica. O projeto articulou a experiência adquirida pela FRM no âmbito da educação a distância com o conhecimento da FIESP no processo de formação e educação para o trabalho. Nesta versão, inclusive, além dos ensinamentos de 1º e 2º graus, foram criadas duas modalidades de ensino profissionalizante, inserindo a dinâmica empresarial na educação básica.

O “Telecurso 2000” foi ao ar pela primeira vez em 1995 e foi elaborado, segundo as informações disponíveis no site da FRM, com a cooperação de 26 federações estaduais da indústria, 74 universidades e dez centrais sindicais. Nesta versão, o programa facultou a certificação no ensino fundamental e no médio, acrescido do curso técnico em mecânica (Carvalho, 2008).

A reformulação do projeto “Telecurso” deve ser compreendida no quadro de alterações das demandas educacionais no momento de sua criação. Segundo Picanço:

“É também nesse período que a FRM passou a ressoar o discurso já estabelecido na sociedade sobre o diagnóstico de que ‘a população brasileira que não teve acesso à escola ou dela evadiu constitui hoje [na época] um impressionante contingente de brasileiros, cuja cifra é estimada em cerca de 50 milhões de indivíduos de ambos os sexos, na faixa etária dos 14 anos em diante’. A partir de tal quadro, deduzia-se que essa disfunção representava um dos fatores que impedia o país de atingir ‘o nível de desenvolvimento econômico e social desejável bem como condenava um grande número de cidadãos a uma ‘precária qualidade de vida’ (2002, p. 2)

Nesse sentido, a estratégia da FRM se volta para dar consistência ao discurso empresarial, encabeçada pela FIESP e suas instituições associadas. Isto acarreta na veiculação do discurso da ineficiência do Estado no gerenciamento das questões educacionais e na eficácia do modelo privado, disseminado através do conceito de “responsabilidade social”. Reafirma, portanto, a associação entre as questões educacionais e o desenvolvimento econômico. Seu objetivo principal, portanto, é proporcionar o aumento da escolaridade dos trabalhadores visando melhorar a produtividade e a qualidade do processo produtivo e seu desenvolvimento enquanto futuros consumidores.

A preocupação com a esfera produtiva é revelada através da centralidade que o mundo do trabalho ocupou nas propostas pedagógicas do Telecurso 2000. Este foi dividido em quatro grandes eixos temáticos: educação centrada

no mundo do trabalho; o ensino em contexto; desenvolvimento de habilidades básicas e o incentivo às atitudes de cidadania. Diferentemente das versões anteriores, o “Telecurso 2000” centrou sua proposta de aprendizagem com base nas demandas empresariais, que utilizavam a metodologia para aprimorar a força de trabalho dos seus funcionários, buscando maior qualidade e racionalidade no processo produtivo. Em função disso, as empresas participantes dispunham de um espaço físico específico, contendo todo o suporte necessário para as tele-aulas: televisão, videocassete, fitas VHS, mesas, cadeiras, material didático de apoio e o monitor de aprendizagem, cuja figura foi objeto de especial atenção pelos organizadores do projeto. Desse modo, a prioridade do processo de “qualificação” do funcionário começa no local de trabalho.

Além da disseminação da proposta político-pedagógica do empresariado brasileiro, visando à aceleração do processo de reprodução do capital, o próprio “Telecurso” deve ser visto com uma mercadoria inserida no processo produtivo do setor de comunicações. Seus custos de produção, subsidiados pela própria FRM e suas “parcerias”, foram orçados em quarenta e três milhões de dólares, na época. Este valor, no entanto, foi rapidamente recuperado através do seu material didático que foi amplamente divulgado pelos seus elaboradores. (Picanço, 2002, p.4). Além disso, destaca-se o apoio e financiamento do Estado por meio de programas de qualificação profissional que utilizaram o repasse da previdência pública.

Moreira (2006) afirma que a fonte de financiamento do programa “Telecurso 2000” ocorreu através de incentivos promovidos através do repasse verbas do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT). Isto se sucede por meio do Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador (PLANFOR), gerenciado pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). Segundo o autor, embora as verbas do PLANFOR não sejam vinculadas aos recursos do Governo Federal, estas, são caracterizadas, segundo o Ministério do Trabalho e Emprego, de aplicações “a fundo perdido”, assim como o seguro-desemprego e o abono-salarial (p.119)

O programa que visou “estimular” a qualificação profissional tem suas verbas oriundas da Previdência Social, e, indiretamente da União- responsável, ainda, pelo gerenciamento dos recursos creditados a terceiros, desde que estes efetuassem parcerias no âmbito da escolarização ou qualificação dos trabalhadores. Segundo o mesmo autor acima citado, esses parceiros poderiam ser sindicatos, federações e confederações patronais, organismos governamentais

e não-governamentais e, sobretudo, fundações públicas, privadas ou mistas, como é o caso da FRM. Este esquema de repasses se efetua também no nível estadual, através dos chamados Planos Estaduais de Qualificação (PEQs).

Uma característica importante do “Telecurso 2000” é, que, de modo inovador, o projeto foi amplamente beneficiado pela posição hegemônica da Rede Globo de Televisão no cenário nacional, principalmente no plano dramático. Este se baseou em adaptar a teledramaturgia à educação, explorando a popularidade alcançada através das telenovelas da Rede Globo. Permaneceu a ideia, como nos projetos anteriores, de utilização de atores já conhecidos do público através das novelas ou de comerciais veiculados durante a programação, como protagonistas dos programas educativos televisivos, visando o aumento da audiência.

A consolidação do ensino a distância no panorama educacional brasileiro, aliada à inexistência de uma política pública contundente, possibilitou que, diferentemente dos programas educativos anteriores, o “Telecurso 2000” venha sendo gradativamente utilizado como política pública, substituindo o sistema regular de ensino, nos níveis fundamental e médio, em diversos estados da federação.¹² Além disso, o mesmo projeto vem sendo implementado na modalidade de educação de jovens e adultos – EJA e como programa de aceleração da aprendizagem, isto é, buscando reduzir a distorção idade/série.

O material didático do “Telecurso 2000” é constituído por livros, confeccionados pela Editora Globo e por aulas em vídeo. No total, o curso foi dividido em quatro eixos temáticos, já citados anteriormente, que correspondem a 160 horas de duração. Para o ensino fundamental, o material didático é composto por 17 livros e 52 vídeos. No ensino médio, 19 e 60, respectivamente¹³.

¹² Inicialmente, os estados do Ceará e Maranhão utilizaram o “Telecurso 2000” como política educacional, implantando, respectivamente, 4.309 e 3.750 tele-salas. Neste último, foi realizado um convênio de R\$102 milhões entre a FRM e o governo do estado do MA. Disponível em: Boletim Informação em Rede. São Paulo: Ação Educativa, agosto de 2001, ano 5, n. 38, p.2. De acordo com dados divulgados pela UNESCO, o Telecurso vem sendo implementado como política pública nos seguintes estados : Acre; Amazonas; Pará, Maranhão; Ceará; Rio Grande do Norte; Pernambuco; Bahia; Distrito Federal; Goiás; Minas Gerais; Espírito Santo; Rio de Janeiro; São Paulo; Mato Grosso do Sul; Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Fonte : http://www.unesco.org/uploads/media/confinteavi_ws2-1_fundacao-marinho_pt.pdf, acessado em 11/02/2014.

¹³ Fonte: http://www.ipm.org.br/ipmb_pagina.php/ipmb_pagina.php?mpg=1.02.01.00.00&num=694&pg=1120&tp=clips&ver=por, acessado em 11/02/2014.

O mesmo projeto foi segmentado em três fases. Para o nível de 1 grau, foram produzidas 360 tele-aulas e 16 livros, correspondente às seguintes disciplinas: Língua Portuguesa; Matemática, História (1 fase); Língua Portuguesa; Matemática; Inglês (2 fase) e Geografia e Ciências (3 fase). No total, o curso tinha duração de 15 meses. Na modalidade 2 grau foram elaborados 42 aulas e 18 livros, referentes às seguintes disciplinas: Língua Portuguesa; Matemática e Química (1 fase); Língua Portuguesa; Matemática; Física e Inglês (2 fase) e Inglês; biologia, História e Geografia (3 fase). A duração do curso foi totalizada em 18 meses. (Moreira, 2006, p.134) Após a conclusão dos cursos, os alunos podem prestar exames através das secretarias de educação de seus estados. Estes são também responsáveis pelo processo de certificação dos tele-alunos. Para a realização dos exames supletivos, os estudantes devem respeitar a idade mínima de 15 anos, para o ensino fundamental e, 18 anos para o ensino médio.

A parte técnica das tele-aulas foi elaborada pela FRM, que contratou a produtora independente TVN. Em relação ao material didático, mais de cem profissionais de diversas instituições superiores de ensino, relacionados aos conteúdos veiculados pelo programa, foram contratados para elaborar os textos das aulas e as publicações. Toda a parte pedagógica, assim como a contratação dos profissionais ficou a cargo da FIESP. Estes propunham um texto básico que era enviado à produtora de televisão. A partir disso, esta desenvolvia os roteiros e os encaminhavam aos professores para aprovação. A próxima etapa era a de gravar, editar e finalizar os programas. (Picanço, 2002, p.3)

O “Telecurso 2000” foi veiculado nas manhãs da Rede Globo de Televisão, sendo também transmitido pelas seguintes afiliadas das Organizações Globos: Globo Internacional e Canal Futura. Foi veiculado, ainda, pelas emissoras subsequentes: TV Cultura/SP, TV Brasil/RJ, Rede Vida; Rede Minas; TV Ceará; TV Escola do MEC- MEC e pelo Sistema SEST/SENAI¹⁴.

Segundo o site da FRM mais de 5,5 milhões de pessoas tiveram acesso à metodologia do sistema “Telecurso” até os dias atuais. No total, haveria 27.714 tele-salas ao longo do país. Seus programas, transmitidos de segunda a sábado, seriam vistos por aproximadamente sete milhões de pessoas por semana. A instituição, porém, não dispõe de dados qualitativos referentes aos chamados

¹⁴ Fonte: 25reuniao.anped.org.br/excedentes25/alessandrapicancot16.rtf, acessado em 11/02/2014.

tele-alunos ou informações mais específicas sobre o perfil da audiência, incluindo suas diferenças regionais ¹⁵.

Em março de 2008, o “Telecurso 2000” foi substituído pelo “Novo Telecurso”, contemplando os ensinos fundamental, médio e profissionalizante em mecânica. Trata-se de uma nova fase do projeto, implantada através de parcerias entre a FRM e a Federação das Indústrias de São Paulo (FIESP); o Serviço Nacional da Aprendizagem Industrial (SENAI); Serviço Social da Indústria (SESI) e outras instituições, que não foram especificadas no site do programa. Nesta versão, segundo o presidente da FRM, José Roberto Marinho, “o projeto pode contribuir para resolver a crise da educação brasileira” ¹⁶.

Utilizando o slogan “Educação é tudo”, a FRM e seus parceiros revelam a defesa de uma concepção de educação que está intrinsecamente articulada ao crescimento econômico. Segundo Paulo Skaf, presidente da FIESP, os objetivos do “Novo Telecurso” seriam:

“Em sua nova fase-denominada “Novo Telecurso”- o projeto certamente estará incluído entre os fatores capazes de melhorar o acesso à educação. E isto é decisivo para o futuro! O alinhamento do Brasil ao Primeiro Mundo e a solução efetiva de seu déficit social estão condicionados a sua capacidade de promover ensino e cultura. Com os imperativos competitivos da economia contemporânea, o saber tornou-se elemento explícito do progresso. Assim, o desafio do conhecimento é prioridade absoluta. Vencê-lo, porém, não é responsabilidade apenas do Estado. Cabe às organizações do setor privado um papel relevante neste processo. (...) ¹⁷.

Nesse sentido, o pioneirismo do empresariado brasileiro é, mais, uma vez, reafirmado através do discurso dos organizadores do mesmo projeto. Nesta nova fase, mantiveram-se as mesmas premissas já iniciadas na anterior. A concepção de educação preconizada pelos idealizadores do “Novo Telecurso” está presente no “(..) desenvolvimento de competências voltadas para o mundo do

¹⁵ Disponível em: <http://www.frm.org.br/main.jsp?lumPagelId=FF8081811D6C7E31011D923D438A695E&lumS=projeto&lumItemId=FF80808122913F1A01229A6BFF873426&tagId=2815C7F847E348A4A3EE5AA9BC46C232> acessado em 11/02/2014 . Escapa aos limites desta pesquisa uma análise mais aprofundada do Telecurso enquanto metodologia de ensino. Ver ainda Moreira, op. cit.

¹⁶ Entrevista dada ao jornal O Globo. Disponível em http://oglobo.globo.com/educacao/mat/2008/03/25/novo_telecurso_meta_formar_mais_5_milhoes-426526033.asp, acessado em 6/3/2012.

¹⁷ Fonte: <http://www.novotelecurso.org.br/telecurso/index.html#/main.jsp?lumPagelId=40288187141C7E3201141CB80EAD0A8D>, acessado em 6/3/2012.

trabalho e para a formação da cidadania”¹⁸. Trata-se, portanto, da defesa de uma metodologia educacional articulada aos interesses do empresariado brasileiro, vinculada às exigências do capital internacional.

A FRM e seus “parceiros”, imbuídos da missão histórica de defender a educação no país, detectaram que os problemas educacionais se concentram em três grandes eixos: defasagem idade-série; (25,7% no ensino fundamental e 46% no ensino médio); formação de professores e defasagem curricular¹⁹. Em função disso, neste novo ciclo, o conteúdo de 1000 aulas foi transformado e reformulado. Foram elaborados, ainda, novas 70 aulas e 43 livros. As primeiras foram produzidas por uma equipe de roteiristas de televisão, com a supervisão do diretor geral do programa, Ricardo Elias. O conteúdo didático foi organizado por professores e pesquisadores das principais universidades públicas do país, das quais se destacam o eixo Rio - São Paulo.

Além das matérias relacionadas ao ensino médio (9) e fundamental (6), o projeto “Novo Telecurso” incluiu novas disciplinas, tais como: Filosofia, Artes Plásticas, Música, Teatro e Sociologia, que são agora consideradas obrigatórias pela legislação brasileira no âmbito do ensino médio. Foram também criados novos cursos profissionalizantes, em sintonia com as novas exigências do mercado: Gestão de Pessoas, Administração de Manutenção e Projetos de Manutenção.

O material didático do ensino fundamental é composto por 15 livros (9 direcionados ao aluno e 6 para os professores) e 36 DVDS, referentes às seguintes disciplinas: Língua Portuguesa (9); Ciências (8); Matemática (6); História (4); Geografia (5) e Inglês (3). Para o ensino médio, foram confeccionados 39 livros (19 para o aluno, 13 para o professor e 7 de atividades) e 51 DVDS: Língua Portuguesa (8); Biologia (7); Matemática (7); História (8); Química (5); Geografia (4); Física (5); Inglês (4); Filosofia (1); Música (1); Artes (1) e Teatro (1).

No caso do ensino profissionalizante em mecânica, há 21 livros para os alunos, um para o professor e 36 DVDS. Para os demais cursos, os livros e os discos ainda se encontram em fase de produção pela Editora Globo. Todo o

¹⁸ Fonte: http://www2.editorapositivo.com.br/telecurso/produtos_novo_telecurso.html acessado em 11/02/2014.

¹⁹ Fonte: <http://www.amazonas.am.gov.br/2008/02/governo-do-amazonas-e-fundao-roberto-marinho-firmam-parceria-em-favor-de-educacao/>, acessado em 11/02/2014.

material didático pode ser adquirido através das editoras indicadas no site do projeto²⁰ ou as vendas podem ser feitas diretamente às empresas interessadas em implantar a metodologia educacional. Não foi possível saber os valores atuais cobrados pela FRM ou suas parceiras pelos kits.

Quanto à recepção, no “Novo Telecurso” permaneceram as mesmas modalidades do ciclo anterior: organizada, controlada e livre. Neste último caso, houve uma ampliação do número de emissoras que veiculam o programa. Atualmente, este é exibido pela TV Globo, de 2ª a 6ª feira, às 5h: 40m da manhã (horário de Brasília), para as aulas do ensino médio e, às 5h: 55m para o ensino fundamental. As 116 afiliadas²¹ e a Globo Internacional²² também participam da exibição do programa.

No canal Futura, são reprisadas as tele-aulas transmitidas durante a semana pela Rede Globo de Televisão, de 7h às 9h: 30m. Na TV Cultura e Rede Minas, os programas são veiculados de 2ª a 6ª feira às 5h:15m para a modalidade 1 grau, com reprise às 6h45m e, na modalidade 2 grau, às 5h e 7h, respectivamente. Além destas, o programa também é transmitido pela TV Brasil, Rede Vida, Rede Gênese, TV Aparecida, em circuito fechado e em redes setoriais. O “TV Escola”, canal do Ministério da Educação, também incluiu o “Novo Telecurso” em sua programação.

Esta fase do mesmo projeto manteve as premissas dos demais, garantindo a preeminência do uso da metodologia nas empresas e nas instituições interessadas no sistema. Isto possibilitou a “qualificação” do tele-aluno em seu local de trabalho, através da utilização das tele-salas²³, como já se mencionou ante-

²⁰ Segundo o site do “Novo Telecurso”, os valores do material didático são os seguintes: R\$29,00-livro do aluno; R\$29,00 – livro do professor; R\$14,50 – livros de atividades e R\$12,00 – cada DVD.

²¹ No caso das afiliadas, dependendo da região de transmissão do programa, o “Novo Telecurso” pode ser veiculado durante a madrugada, já que o estado do Acre possui duas horas a menos que o horário de Brasília e os estados de Amazonas, Rondônia, Roraima, Pará, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Durante os meses que contemplam o horário de verão, essa diferença se acentua em mais uma hora.

²² O “Novo Telecurso” é veiculado, em todas as áreas de abrangência da Globo Internacional (Portugal; Américas; Europa; África; Ásia e Oceania), em horários diferenciados, de acordo com a região. O programa dura 1h e 5m. Fonte: <http://tvglobointernacional.globo.com/grade.aspx>, acessado em 11/04/2014.

²³ De 1995 a 2008, 27 mil tele-salas foram instaladas em todo o país. Fonte: <http://www.seed.se.gov.br/noticia.asp?cdnoticia=2206&Mes=3&Ano=2008>, acessado em 11/02/2014.

riormente. No entanto, ocorreram algumas modificações, das quais se destaca o lançamento de um portal no site do “Novo Telecurso”. Segundo a FRM, “trata-se de um espaço adequado para promover a formação continuada de professores e a troca de informações entre todos os participantes do programa”²⁴. Seria ainda uma forma de estar “atento às mudanças e ao que a tecnologia pode proporcionar às práticas educacionais”. Neste, também foram incluídos blogs, em que os tele-alunos podem relatar suas experiências no âmbito educacional, além de um banco de dados único, fotos, filmes e making of das gravações dos programas e informações mais detalhadas sobre a metodologia educacional.

Outro elemento de fundamental importância neste novo ciclo do mesmo projeto são os chamados orientadores de aprendizagem. Segundo a FRM, o papel destes seria o de coordenar os grupos de estudos, além de mediar a relação que se estabelece entre os tele-alunos e a metodologia utilizada. Segundo Renato Mattarelli, gerente de projetos da FRM, “o orientador de aprendizagem é muito mais um animador, um apoiador, um conselheiro e organizador de oportunidades individuais e coletivas de aprendizagem do que um transmissor de conteúdos curriculares”²⁵. Nesta perspectiva, a instituição desconsidera a importância do professor no processo educativo, considerando-o um simples intermediário entre o uso das tecnologias da informação e os alunos.

A desvalorização do papel do educador na utilização da metodologia “Novo Telecurso” se confirma através da formação profissional necessária para exercer a função. Segundo Matarrelli:

“Quanto à formação do educador, a exigência é de que tenha formação superior. No entanto, em situações específicas, profissionais com formação de 2º grau capacitados adequadamente na metodologia “TC 2000” têm tido um desempenho bastante satisfatório. Estes orientadores são selecionados pelos diversos usuários, de acordo com um perfil estabelecido pela FRM, onde é essencial o domínio e o conhecimento dos fundamentos e diretrizes do “TC 2000”. O salário destes profissionais baseia-se na remuneração média praticada no país para as modalidades de 1º e 2º graus”²⁶.

²⁴ Fonte: <http://www.frm.org.br/main.jsp?lumPageId=FF8081811F42C7C3011F431D280E3B9E>, acessado em 11/02/2014.

²⁵ Fonte: <http://www.aprendebrasil.com.br/entrevistas/entrevista0017.asp>, acessado em 11/02/2014.

²⁶ Fonte: <http://www.aprendebrasil.com.br/entrevistas/entrevista0017.asp>, acessado em 11/02/2014.

Seguindo as mesmas ideias, o domínio da metodologia educacional preconizada pela FRM é condição *sine qua non* para o exercício da função de orientador educacional. Desconsidera-se, portanto, que estes tenham a formação adequada para o exercício da docência, pois não há obrigatoriedade de que tenham cursado programas específicos de formação de professores. Isto, inclusive, tem sido alvo de inúmeras críticas²⁷, em função da exigência da polivalência nas tele-salas, pois os orientadores devem ser capazes de ministrar todos os conteúdos referentes às disciplinas dos ensinos fundamental e médio. Além disso, existem outros problemas relacionados à contratação destes profissionais, dentre os quais se destacam: falta de regulamentação adequada sobre a função exercida por estes; falta de informação quanto aos critérios de contratação por parte das empresas utilizadores da metodologia educacional e ausência de um piso salarial estabelecido para esta categoria²⁸.

O “Novo Telecurso” deu prosseguimento a um fenômeno que já estava em desenvolvimento desde a fase anterior do programa: a progressiva implantação desta metodologia como política pública em substituição ao sistema regular de ensino. Embora inicialmente isto tenha ocorrido nos estados do Ceará e Maranhão, esta prática vem se expandindo para inúmeros estados do país, no ensino fundamental e médio, para grande parte dos estados do país.

A implantação do mesmo projeto a nível nacional se insere na ausência de uma efetiva política pública educacional do Estado brasileiro. Este opta pela adoção de medidas que protelam o problema educacional e, dessa forma, contribuem para o desmonte da educação pública em suas várias esferas – federal, estadual e municipal. Apesar de a economia brasileira estar inserida como uma das dez maiores no que se refere ao PIB, os estados vêm optando pela utilização do tele-ensino como alternativa para diminuir seus custos (Frigotto, 2003a). A utilização desse argumento, no entanto, é discutível na medida em que os custos para implantação do projeto são bastante altos e ultrapassam os

²⁷ Sobre a crítica aos orientadores de aprendizagem ver: <http://www.uninove.br/PublishingImages/Mestrados%20e%20Doutorados/edu/l%20seminario/MPE%2011.pdf>, acessado em 11/02/2014.

²⁸ Segundo o site <http://www.crmariocovas.sp.gov.br/noticia.php?it=4517>, acessado em 11/04/2014, o Sesi/SP – Serviço Social da Indústria abriu concurso visando à contratação de orientadores de aprendizagem. Para o ensino fundamental, com jornada de trabalho de 15 horas, o salário era de R\$721,11. No caso do ensino médio, por cada aula de 50 minutos, o profissional recebe R\$10,83.

gastos estabelecidos por cada aluno, no ensino fundamental e médio regulares, como já se apontou anteriormente²⁹.

A expansão do tele-ensino como política educacional nos estados brasileiros se insere, ainda, em um quadro no qual o Estado busca “soluções” instantâneas para atenuar a grave crise na educação pública brasileira. Trata-se de uma estratégia utilizada para eliminar os problemas relacionados à defasagem idade-série e promover a certificação aos alunos em tempo reduzido, com o objetivo de lançá-lo mais rapidamente no mercado de trabalho, seguindo uma lógica fast-food. Através do sistema “Telecurso”, os alunos podem completar o ensino fundamental em 15 meses, desde que tenha a idade mínima de 15 anos. No caso do ensino médio, a conclusão ocorre após 18 meses de curso e os tele-alunos devem ser maiores de 17 anos. Cada turma é composta de 30 estudantes. Apesar de a FRM defender um alto índice de aprovação para os alunos que utilizam o sistema (90%), não se encontrou nenhuma avaliação referente à qualidade da educação proposta pela instituição.

Nesse sentido, é importante salientar que a adoção do mesmo projeto como política educacional traz implicações também para os educadores que trabalham para os governos estaduais conveniados ao sistema. Neste novo ciclo, parte do material didático da metodologia destina-se aos professores, em sua maioria, pertencentes às redes estaduais de ensino. Estes devem realizar cursos de capacitação para fazerem uso do Novo Telecurso nas salas de aula. Posteriormente, estes ainda devem ser qualificados pela FRM, instituição responsável pelo processo de capacitação.

Atualmente, a metodologia do sistema Telecurso é utilizada não só pelo governo - nas suas três esferas, mas também por empresas e organizações do chamado terceiro setor. Estes sistemas educacionais também vêm sendo implantados em empresas ou instituições como uma maneira dos seus trabalhadores completarem o ensino fundamental através de um programa de “aceleração” de estudos³⁰. Nesse sentido, o “Novo Telecurso” constitui o projeto mais

²⁹ O contrato firmado entre a FRM e o Governo do Estado do Rio de Janeiro foi orçado em R\$16 milhões de reais, visando atender setenta mil estudantes.

³⁰ Desde dezembro de 2008, o Telecurso vem sendo utilizado como metodologia a todos os funcionários da SERASA, parentes e terceirizados, como alternativa para que estes completem seus estudos. Serão implantados núcleos de ensino de jovens e adultos em todo o Brasil, através de parcerias estabelecidas com a FRM e a fundação Bradesco. A SERASA é uma das maiores empre-

audacioso da FRM com a burguesia industrial, na medida em que sua área de abrangência foi alargada, estando presente em quase todo o território nacional. Destaca-se, ainda, sua atuação como substituto do sistema regular de ensino, como já se mencionou anteriormente. Além disso, neste ciclo, parte da metodologia do programa foi desenvolvida visando à formação dos orientadores de aprendizagem ou dos educadores pertencentes ao sistema convencional de ensino, nos estados que adotaram o mesmo método como política educacional.

Em junho de 2007, o governo do Estado de São Paulo, juntamente com a Secretaria de Desenvolvimento, através do Centro de Educação Tecnológica Paula Souza e a FRM elaboraram um programa de formação técnica de nível médio, denominado “Telecurso TEC”. É voltado para pessoas que desejam obter um certificado de nível médio, por meio de um curso profissionalizante, ou para funcionários de empresas conveniadas ao programa, seguindo os moldes do Telecurso. É composto por três cursos técnicos: Administração Empresarial, Gestão de Pequenas Empresas e Secretaria e Assessoria, todos destinados à formação de mão-de-obra voltada para os interesses empresariais. O investimento inicial do governo paulista no programa foi de R\$ 12,8 milhões³¹.

Os cursos do “Telecurso TEC” são oferecidos em três modalidades: aberta, presencial e on-line³². Atualmente, somente a modalidade aberta é oferecida ao público. As demais só foram disponibilizadas para as instituições e estados conveniados³³. Atualmente, o projeto contempla os estados de São Paulo e Goiás³⁴. Cada curso é composto por 800 horas-aulas, dividido em três módulos.

sas em análises e decisões de crédito e apoio a negócios. No total, tem 2.500 funcionários e está presente em 140 locais no país. Fonte: <http://www.frm.org.br/main.jsp?lumPagelD=FF8081811D6C7E31011D923D438A695E&lumS=projeto&lumItemId=8A94A98E21A81FD00121AC6055F71985&tagId=2815C7F847E348A4A3EE5AA9BC46C232>, acessado em 11/02/2014.

³¹ Fonte: <http://www.saopaulo.sp.gov.br/spnoticias/lenoticia.php?id=85554>, acessado em 11/02/2014.

³² Esta modalidade de ensino vem sendo implantada em SP desde agosto de 2008. Nesta, serão organizadas turmas apoiadas por um tutor e os alunos realizaram as atividades educativas através do site do programa. Informações no site <http://www.centropaulasouza.sp.gov.br/Telecurso/Telecurso.html>, acessado em 11/02/2014.

³³ Segundo o site <http://www.centropaulasouza.sp.gov.br/Telecurso/Telecurso.html>, a modalidade presencial ocorre em tele-salas dos centros educacionais unificados (CEUs) Inácio Monteiro, Paz, Pêra Marmelo, Rosa da China, Três Lagos e na Escola Municipal de Ensino Fundamental Presidente Campos Sales, em São Paulo. Acessado em 11/02/2014.

³⁴ O “Telecurso TEC” vem sendo implantado também no estado de Minas Gerais.

Cada um destes tem duração de dezesseis semanas. Após completarem os três módulos, os estudantes podem realizar os exames e obterem os certificados de conclusão do ensino médio, com a respectiva habilitação profissional. Para se inscrever no “Telecurso TEC”, os alunos devem ter completado o ensino médio ou estar cursando o último ano deste ciclo.

Os programas televisivos do “Telecurso TEC” têm duração de 11 minutos. São transmitidos diariamente pelas seguintes emissoras: Rede Globo de Televisão, às 5h 30m; TV Cultura, às 6h 30m e 7h 15m e pelo canal Futura, às 18 horas. Esta última veicula, aos sábados, nos horários de 5h 45m e 7h as reprises de todos os episódios exibidos durante a semana. Em Goiás, o programa é transmitido também pela TV Ananguera/Rede Globo e TBC/Cultura.

O material didático do projeto foi confeccionado pela Editora Globo³⁵ e pode ser adquirido através das editoras conveniadas a esta, que estão listadas no site do programa. Através deste, ainda, os alunos efetuam seu cadastramento para participarem do “Telecurso TEC” e podem baixar todas as aulas referentes aos três módulos do curso, por meio do mesmo portal.

Considerações finais

O objetivo do artigo foi o de traçar um panorama da trajetória institucional da Fundação Roberto Marinho, desde a sua fundação, enfatizando seu pioneirismo na implantação do tele-ensino no país e sua associação com o projeto educacional do governo militar, assentando na teoria do capital humano. Entretanto, a partir da década de 1990, beneficiando-se da hegemonia televisiva da Rede Globo, a FRM remodelou seu bem-sucedido projeto de educação a distância, adequando-o às novas exigências do processo produtivo e buscou a articulação com novos parceiros do setor empresarial, como o sistema S. Portanto, ao longo das últimas quatro décadas, o programa Telecurso vem se consolidando como a mais bem-sucedida proposta pedagógica empresarial das Organizações Globo, disseminando uma concepção educacional que visa atender às exigências do mercado de trabalho e possibilitando que os

³⁵ O gasto por aluno para cursar o projeto através da modalidade aberta é de R\$312,00 por 15 semanas de aula. Não foi possível saber o valor cobrado pelos kits vendidos às instituições conveniadas, na modalidade presencial.

trabalhadores adquiriram as novas competências necessárias para o desempenho das suas funções. Além disso, o discurso da FRM é o de contribuir para atenuar a grave crise educacional do país, permitindo que, através da EAD, o Estado brasileiro possa saldar suas dívidas com os excluídos do sistema público de ensino, devido à ausência de uma efetiva política pública e de recursos suficientes para o campo educacional.

Nesse sentido, constatou-se que a FRM vem, historicamente, sendo responsável pela mediação e articulação dos interesses educacionais encaminhados pelos diversos setores empresariais com as organizações do chamado ‘terceiro setor’. Destaca-se, ainda, a importância estratégica da Rede Globo de Televisão como o mais importante veículo publicitário do projeto pedagógico deste setor empresarial. No entanto, a partir da década de 1990, a FRM vêm desempenhando a difícil tarefa de mediar interesses e construir um amplo arco de parcerias público-privado, buscando produzir, juntamente com outras frações da classe empresarial, disseminar referenciais educacionais voltados para atender às novas exigências do processo produtivo e promover, de modo amplo, a certificação para grande parte da população que ainda se encontra excluída do sistema formal de ensino.

Resumo: O artigo tem o objetivo de historicizar a trajetória do programa Telecurso, produzido pela Fundação Roberto Marinho, desde a década de 1970 e seu pioneirismo como um dos mais importantes projetos de ensino a distância do país. Aponta as transformações do Telecurso no âmbito do formato e do público-alvo ao longo dos últimos anos, assim como as articulações que vêm sendo estabelecidas com o Estado Brasileiro e com as diferentes frações do empresariado. Destaca-se, ainda, a expansão do tele-ensino a partir da década de 1990, no decorrer do processo de reorganização do Estado brasileiro e as relações da Fundação Roberto Marinho com a Rede Globo de Televisão, que vem sendo um dos principais suportes ideológicos do projeto pedagógico empresarial das Organizações Globo.

Palavras-chave: Tele-ensino; empresariado, política educacional

Abstract: The article claims to historicize the trajectory of the Telecurso program, produced by the Roberto Marinho Foundation, from the 1970s and a pioneer as one of the most important projects of distance learning in the country. It points out the changes in Telecurso format and public over the last years, as well as relationships that have been established with Brazilian State and the different fractions of the business class. It should be noted, also, the expansion of tele-education from the 1990s, during the reorganization of the Brazilian State and the Roberto Marinho Foundation's

relations with Globo Television Network, which has been one of the main ideological underpinnings of the business education program of Globo Organizations.

Keywords: Tele-education, business class, educational policy

Bibliografia

CARVALHO, Celso P. F. *A Educação Cidadã na Visão Empresarial: O Telecurso 2000*. Campinas, SP: Autores Associados, 1999.

_____. *Educação, trabalho e formação na perspectiva do capital: o Telecurso 2000*. In: VI Seminário do Trabalho, 2008, Marília-SP. VI Seminário do Trabalho: trabalho, economia e educação. Marília - SP : Rede de Estudos do Trabalho, 2008. v. 1. págs. 01-20.

CASTRO, Cosette. Globo e educação: um casamento que deu certo. In: BRITTOS, V.C.; BOLAÑO, César Ricardo. S.(orgs.). *Rede Globo: 40 anos de poder e hegemonia*. São Paulo: Paulus, 2005. págs.243-263.

D'ALMEIDA, Alfredo Dias. *Ensino Supletivo pela TV: um potencial mal-aproveitado*. São Paulo: Cadernos de Pesquisa, (65), maio de 1988, pp. 66-71.

FIGUERUT, Sílvia; SUKMAN, Hugo (orgs.). *Fundação Roberto Marinho: 30 anos*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Editora Goal/FRM, 2008.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Educação e construção democrática no Brasil- da ditadura civil-militar à ditadura do capital. In: FÁVERO, Osmar; SEMERARO, Giovanni (orgs.). *Democracia e Construção do Público no Pensamento Educacional Brasileiro*. 2ª edição. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2003a. págs.53-67.

KLEES, Steven J. *A análise econômica de Teleducação: um estudo de caso do Telecurso 2 grau*. Natal: UFRN, 1980.

MENEZES, Ebenezer Takuno de; SANTOS, Thais Helena dos.»Projeto Minerva» (verbetes). *Dicionário Interativo da Educação Brasileira - EducaBrasil*. São Paulo: Midiamix Editora, 2002, <http://www.educabrasil.com.br/eb/dic/dicionario.asp?id=291>, visitado em 9/2/20012.

MICHELOTO, Antônio Ricardo. *A Cidadania do Telecurso: memórias de um projeto de educação popular*. Revista Educação Popular: Uberlândia, n.5, jan-dez 2006.

MOREIRA, João Flávio de Castro. *Os telecurtos da Rede Globo: a mídia televisiva no sistema de educação a distância (1978-1998)*. 2006. 181 p. Dissertação (Mestrado em História)- Programa de Pós-Graduação em História, Brasília, UNB, 2006.

PICANÇO, Alessandra de Assis. *Os meios de comunicação: um problema para a educação a distância*. In: INTERCOM - XXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 2002, Salvador. ANAIS - XXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação - Comunicação e Cidadania, 2002.

ROMANELLI, Otaíza. *História da Educação no Brasil*. 6ª edição. Petrópolis, RJ: Vozes, 1984.

Recebido em Agosto 2013

Aprovado em Setembro 2013